

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL n° 184/17

006ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 13JUL2021

Pauta: Debater o PLL n° 184/17

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (19h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da 006ª Audiência Pública Virtual. Boa noite a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura do edital de convocação desta audiência pública e também informe as orientações do desenvolvimento dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Boa noite a todos. Procederemos à leitura do edital (Lê.):

“Edital de audiência pública Processo 014.00025/2021-32. Audiência pública com o objetivo de debater sobre o Projeto de Lei do Legislativo n° 184/17, que instituiu a política municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbano de Porto Alegre – PMGIRS/POA – e altera os inc. I, IV e V do *caput* do art. 3º da Lei Complementar n° 728, de 8 de janeiro de 2014 – Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, alterando definições. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a audiência pública, a ocorrer no dia 13 de julho de 2021, às 19h, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131878>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública poderá ser acessada será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo YouTube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 21 de junho de 2021. Vereador Márcio Bins Ely, Presidente.”

A partir de agora, o *chat* estará disponibilizado para atendermos até dez inscrições da comunidade interessados em se manifestar. Serão manifestações de até cinco minutos cada, intercaladamente a esses pronunciamentos, os vereadores e as vereadoras presentes poderão se manifestar. Inicialmente o autor o projeto, Ver. Moisés Barboza, tem até 20 minutos para fazer uma exposição inicial, poderá distribuir o tempo como ele assim o quiser.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, diretor. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente. Nós tivemos um tempo aqui para nos apresentar, eu vou dividir esses 20 minutos com duas pessoas, tanto com o Dr. Leandro Ávila quanto com o Sérgio Finger. Eu fui comunicado pela assessoria que houve algumas perguntas sobre por que a gente está fazendo aqui a nossa audiência pública. A gente precisava de um espaço um pouco maior, por causa das questões de pandemia, então pedimos para que cedessem um espaço. Há aqui um pavilhão, vou pedir para mostrarem as imagens, enorme, do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2018. Essa proposta, as pessoas podem não entender, foi apresentada, por mim, no ano de 2017, então essa proposição já tem alguns anos, dentre esses anos a gente visitou vários galpões, inclusive algumas das 17 unidades, no Município de Porto Alegre, dos catadores. A gente ouviu recentemente, há um ou dois meses, o Alex, que é conhecido por todos da associação dos catadores e, dentro desses últimos anos, nós fomos acompanhando tudo que há, fizemos uma missão internacional para ver a questão da logística reversa na Europa. Na Legislatura passada ainda, a gente fez esse trabalho, e um dos lugares que a gente conheceu foi aqui, a Trashin, e pedimos para ceder o espaço para a gente poder falar abertamente e mostrar, um lugar que tivesse internet de uma certa qualidade, para a gente poder falar sobre o tema.

Eu quero fazer umas pequenas considerações iniciais. Apresentamos esse projeto em 2017, além do projeto e das emendas apresentadas, dentro do está a exposição de motivos, porque é um assunto muito complexo e técnico. Para a composição desse projeto de lei, considerou-se toda a legislação ambiental federal, estadual, por isso demorou bastante para ser compilado, por isso eu fiz um agradecimento muito especial a quem, na época, ajudou, enquanto a gente estava conversando, que o foi o Dr. Leandro e uma equipe da Malucos do Bem, o grupo de desenvolvimento sustentável, de advogados, Associação Gaúcha de Advogados na área ambiental, a lei federal nº 12.305, a política nacional dos resíduos sólidos, o decreto federal que a regulamentou, toda a questão de muitos e muitos anos teve que ser estudada para equalizar. A gente quer deixar claro que o plano municipal

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

que nós estamos propondo é tão somente algo equalizado com todas as legislações para que a gente tenha aqui no Município as competências, as responsabilidades. A gente não desconsidera o que foi feito há oito anos, 2013 para 2014, o plano municipal de gerenciamento, mas que foi feito há oito anos. Diante dessa lacuna e dessa necessidade, a gente precisa citar aqui que o plano de saneamento também tem muito a ver com a necessidade de nós cuidarmos dessa questão dos resíduos amplamente e discutir o poder público com as entidades quais as competências para aumentar o rendimento disso. Para vocês terem uma ideia, depois o Dr. Leandro e o Sérgio poderão dizer, a política nacional de saneamento básico, de 2007, incluiu o manejo de resíduos sólidos como parte de conceito de saneamento básico: saneamento básico é um conjunto de serviços de infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem, e manejo de águas pluviais urbanas. Todos sabem que as proliferações dos mosquitos que nos assolam não acontecem em água limpa, então é importante fazer essa conexão. Tem que ser respeitado, obviamente, o conteúdo mínimo definido pelo plano de saneamento e pelo plano nacional de resíduos sólidos que é de 2010, então a gente tem 11 anos disso. Abreviando um pouco, a política estadual de resíduos sólidos do Rio Grande do Sul de 2014, ao determinar as diretrizes aplicadas aos resíduos dispõe: art. 10º – Inclui aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos estaduais e federais – por óbvio –, bem como de responsabilidade do gerador pela gerenciamento de resíduos consoante o estabelecido nesta lei; art. 12 – O Estado e os municípios organizarão e manterão, de forma conjunta com a União, o sistema nacional de informações, sobre a gestão dos resíduos sólidos. A gente não tem dúvida de que os órgãos da Prefeitura, o DMLU que faz um trabalho incansável, quero agradecer aqui a todo o corpo técnico do DMLU que sempre que foi solicitado, uma pergunta ou alguma informação, enviaram para a gente pudesse compilar esse trabalho.

Nesse contexto todo, a cidade de Porto Alegre, em que pese ter elaborado o PMGIRS em 2013 – por isso que nós estamos aqui hoje, às luzes da sociedade, discutindo em uma audiência pública porque ainda não existiu essa transformação em norma regulamentadora

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

–, visando a efetiva execução, obrigando os atores envolvidos. E vejam bem, quero dividir esse dado com todos: a cidade possui um milhão 481 mil habitantes pelo IBGE de 2016, deve ter sido aumentado, e a geração per capita de quilo por habitante/dia, segundo os dados de resíduos domésticos, o RDO, e o de resíduos públicos urbanos, o RPU, é 1,12 kg por habitante/dia, sendo que a geração do RDO é de 870 gramas e o RPU de 250 gramas tendo atingido o volume total de um milhão 658 mil 741 toneladas/dia. Detalhe, é por isso que nós estamos aqui, com várias mentes, tentando achar essa norma regulamentadora da política municipal de resíduos sólidos, apenas 2,65% é a taxa de recuperação de recicláveis. Então, o nosso poder público municipal, a Câmara Municipal, os agentes, as secretarias, enfim, vêm discutindo isso desde 30 de maio de 2017, todos aqueles que vêm dando alguma contribuição.

Por fim, ausência de norma regulamentadora das ações relativas ao gerenciamento de resíduos ou rejeitos, e a sociedade, que poderá estar sob os efeitos da má gestão daquele, afetando o meio ambiente, e, por consequência, a saúde pública. Estamos aqui todos para ajudar Porto Alegre. Eu já falei demais, vou passar a palavra, rapidamente, dentro desses 20 minutos iniciais, para o Dr. Leandro, que tem uma carreira e um currículo muito extenso, esteve na assessoria parlamentar da Câmara, quando foi constituído esse projeto, hoje trabalha no saneamento estadual, dedicando, voluntariamente, seu tempo nesta noite para conversar um pouco com a gente, para fazer suas considerações como responsável técnico na época. Logo após, vou passar ao Sérgio para dar uma palavrinha sobre esses últimos anos e essa questão da profissionalização, da questão dos resíduos, ele tem lindas parcerias, inclusive, com as cooperativas existentes na questão de reciclagem, triagem dos resíduos.

SR. LEANDRO BITTENCOURT AVILA: Inicialmente, obrigado pelo convite, Ver. Moisés Barboza, boa noite ao senhor e ao Sérgio, a todos presentes. Como o vereador falou anteriormente, o motivo desse projeto de lei foi porque vimos que faltava uma regulamentação no Município, no que diz respeito à política municipal de resíduos sólidos. A partir disso, em 2017, começamos a compilar, a estruturar essa norma e vimos que, de lá para cá, esse mesmo projeto necessitou de uma emenda, necessitou de modificações,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

em virtude até das alterações normativas até o presente momento. Cito o novo marco do saneamento que tivemos que atualizar na minuta presente, a questão da nova lei de licitações em 2021, e essa minuta está harmonizada, tanto com a norma federal quanto com a norma estadual, cabendo ao município, sim, suplementar a norma no que diz respeito às questões ambientais. Inicialmente são essas as colaborações e vamos conversando no decorrer da reunião. Muito obrigado.

SR. SÉRGIO FINGER: Obrigado, Ver. Moisés, pelo convite; para a gente é uma honra estar disponibilizando nosso espaço para uma discussão tão importante e tão cara para nós, da Trashin. Para quem não sabe, a Trashin trabalha com gestão de resíduos, na lógica de logística reversa, economia circular, valorização de resíduos, e esse espaço é de extrema importância, a gente entende. E o primeiro passo para que a gente consiga valorizar os resíduos, que consiga gerar renda, que consiga desenvolver a sociedade de uma forma geral, com a questão do saneamento, como foi colocado, é a regulamentação, tudo passa primeiro pela regulamentação, para que, depois, se possa cobrar de forma efetiva. Nós, da Trashin, temos um trabalho com as cooperativas, como o Moisés muito bem colocou, a cooperativa de Porto Alegre, cooperativas de dez estados do País, então a nossa colaboração é na linha de profissionalização, de atualização e, realmente, de novas práticas que têm sido implementadas e que contemplam a valorização da cadeia como um todo. A nossa intenção é sempre contribuir, valorizando, desde o catador, as cooperativas, as empresas, a sociedade em geral, e a participação do poder público. Nós entendemos aqui, na Trashin, que a responsabilidade realmente tem que ser compartilhada; nós temos hoje no País uma dificuldade que apenas um quinto dos municípios tem coleta seletiva, alguma iniciativa de coleta seletiva, não que contemple todos os territórios. A gente entende que Porto Alegre é uma cidade pioneira na coleta seletiva e precisa se adequar, ter a sua regulamentação, que seja realmente uma norma, que a gente possa executar essa cobrança e fiscalização, para que se profissionalize, se avance e que a base da cadeia toda seja valorizada de forma adequada. Então, de nossa parte, a nossa contribuição é realmente na linha de valorização; a gente está aqui disponibilizando espaço, até de forma isenta, porque a gente não tem nenhum vínculo com o poder público, a nossa intenção é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

realmente prosperar e que todos saiam ganhando, esse é o nosso lema aqui, na Trashin. Então, muito obrigado pelo espaço, que seja realmente uma boa audiência pública e que a gente traga questões propositivas. Essa é a nossa ideia com a audiência. Muito obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente e colegas, a gente está aqui para aprender com o coletivo. Eu também não posso deixar de citar que nesses anos, desde 2017 até o momento, o secretário Germano, do meio ambiente, exaustivamente nos atendeu, falou sobre várias legislações importantes de serem equalizadas, respeitadas. Então, o meu agradecimento ao secretário do meio ambiente da capital. Conversamos, na época, ainda, com o secretário estadual do meio ambiente, o Artur Lemos, sobre a questão estadual do meio ambiente, do código estadual, sobre o pagamento dos serviços ambientais, sobre a questão da logística reversa. Vários vereadores viajaram, na Legislatura passada, para tratar também sobre esse tema. A gente tem aqui a Ver.^a Cláudia, da Frente da Logística Reversa; a Ver.^a Lourdes é uma prestadora do meio ambiente, apaixonada.

Então, para encerrar, eu vou aqui acolher, ouvir, debater, mas queremos deixar, claro, Presidente Márcio, que é um projeto importante, um projeto que não gera ônus, mas organiza a questão dentro da harmonização da legislação ambiental em nível federal e estadual, e muito importante para nós. Já agradei ao corpo do DMLU que, nesses anos, também esporadicamente nos orientou, nos ajudou. E também a presidente Guacira e o Samuel, que estão conectados, que, por um outro lado, nos ajudaram na discussão de como tratar a questão da regularização do resíduo da construção civil para acabar com a ilegalidade, acabar com a clandestinidade. Havia toda uma luta pelo Sistema MTR Online, que é uma luta da associação, da ATCE, que teve, na outra Legislatura, a ajuda da Procempa e do gabinete do prefeito, ainda na gestão do Marchezan. E agradecendo, por óbvio, a continuidade do que for tema público na atual gestão, inclusive, o secretário Germano é o atual secretário do meio ambiente. Quero agradecer também a todas as pessoas lá do meio ambiente que nos ajudaram, a gente vai ficar aqui à disposição tecnicamente para tentar debater, ajudar, recolher sugestões. E quero dizer que ainda temos o debate do plenário no segundo semestre para acolher, vai ficar para depois,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

obviamente, do recesso, e a gente vai ter o tempo de maturação desse projeto de discussão e de aprovação ou não dos colegas vereadores do Legislativo Municipal. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Vanessa Falcão está com a palavra.

SRA. VANESSA FALCÃO: Eu estava estudando o projeto de lei e uma das coisas que eu tenho visto que tem funcionado ou o que eu não encontrei aqui, até porque eu tive acesso ao projeto de lei há pouco tempo: de que forma que se prevê, por exemplo, a instituição dos deveres dos consumidores? Porque, como eu tenho visto, tanto projeto de política reversa como funcionamento da coleta seletiva e demais formas de promover essa logística, coleta de outras formas de resíduos, os consumidores são os que menos que eu vejo que cumprem o seu papel de nenhuma forma. Há como dimensionar isso ou fazer com que os consumidores cumpram com os seus deveres? Conseguimos mensurar isso vendo as dificuldades que as prefeituras têm de fazer a coleta, no caso de Porto Alegre, das cooperativas que, muitas vezes, os resíduos não chegam em suas mãos, de condomínios que, às vezes, não separam os resíduos, chegando tudo misturado dentro das cooperativas, ou até empresas, como a Trashin, que coleta em alguns condomínios. De que forma essa legislação pode promover, fazendo, de alguma forma, com que os consumidores entendam que esse é o papel deles. Não sei se de alguma forma alguma punição ou alguma retratação com os condomínios, se dentro dessa legislação os grandes geradores, como condomínios, sejam penalizados caso estejam com os resíduos misturados, algo nesse sentido. Acho que seria bastante importante porque começa a colocar responsabilidade na mão daqueles que realmente começam essa cadeia de serviço. Os consumidores são os primeiros que têm acesso aos resíduos, antes de chegar neles, até eles usarem não são resíduos, são embalagens ou produtos, a partir do momento que é feito o descarte se torna um resíduo, e ali começa todo esse processo da logística reversa. Eu lembro saneamento quando é feito descarte incorreto. Então, eu gostaria que de alguma forma fosse pensado uma fórmula de fazer com que os consumidores, tanto de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

grandes geradores como os únicos, sei que é um pouco mais difícil, consigam estar presentes, tenham essa participação.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa noite, Presidente; boa noite, Ver. Moisés; aos representantes das empresas e das cooperativas. Eu tenho uma grande preocupação, sim, na inclusão social que há muitos anos nos relacionamos com as cooperativas, quase que um compromisso de defendê-los porque, quando retiramos os carroceiros, foi uma promessa, foi lei, a inclusão social, e o que se tinha eram as cooperativas. Não tínhamos tantos problemas que têm hoje, se ofendem, mas chamo de clandestinos e não vou concordar nunca, se um dia depender do meu voto, que sejam desviados esse material que já pagamos um contrato para a coleta seletiva e chega na hora o caminhão passa vazio. Ver. Moisés, bom trazer a empresa, que essa parte nós já estamos avançando mais no processo, para a gente conhecer também como funciona, como chega até as empresas, através das cooperativas, o que domino, não tenho nenhum problema para não dizer, eu conheço até as cooperativas ou galpão de reciclagem. Tenho uma grande preocupação com isso porque mantém as pessoas com renda, fazem esse trabalho e também depois o descarte por causa do meio ambiente. Quero cumprimentar, é muito importante, quanto mais discutimos mais conhecemos, melhor para nós, vereadores, na hora de votarmos. É um bom projeto, é um programa, e as emendas poderão adequar alguma lacuna. Então, essa é a minha contribuição para esta noite. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Paulo Renato Menezes está com a palavra.

SR. PAULO RENATO MENEZES: Boa noite. Sou conselheiro da Agapan e nessa função também sou conselheiro de meio ambiente de Porto Alegre. A questão dos resíduos sólidos é um dos principais desafios das nossas cidades e, por que não dizer, da humanidade. A gestão de resíduos é saneamento, é limpeza urbana, é saúde pública, é impacto ambiental,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

é plástico no oceano, é seres vivos e ecossistema destruídos, é também a geração de renda para quem precisa, especialmente através dos catadores organizados nas suas entidades. A princípio a gente vê com bons olhos qualquer tentativa de melhoria desse quadro, mas é bom ressaltar que não é por falta de leis que a gente não tem ainda hoje uma gestão de resíduos sólidos modelar, exemplar. Pelo menos, desde 2010, a gente tem a política nacional de resíduos sólidos, um decreto, logo em seguida legislações estaduais e municipais onde era previsto a coleta seletiva, logística reversa, biodigestão, compostagem e a priorização dos catadores no recebimento dos resíduos recicláveis. Acho que nesse período, nesse longo período, que já são 11 anos dessa lei nacional, dá a impressão de que faltou uma certa vontade política ou uma disposição dos nossos governantes de implantar de fato aquilo que está na lei. Então, a proposta que a gente vê hoje aqui em análise, em boa parte ela tem que refletir esse plano nacional, essa política nacional, e diz na lei nacional que o plano municipal que é o que deveria estar sendo proposto aqui tem que ter um diagnóstico, tem que ter indicadores, tem que ter programas, identificar e indicar medidas saneadoras para os passivos ambientais. E aqui a gente ainda não viu isso. Em boa parte, ele está na lógica do plano nacional. Vamos ter que aprofundar isso. Também não foi por falta de legislação que as unidades de triagem, os galpões de reciclagem estão sucateados, são os próprios da Prefeitura. E os catadores até hoje trabalham praticamente de graça para a municipalidade, são os nossos verdadeiros agentes ambientais. Não faltou legislação para corrigir essa situação. Hoje a gente vê os catadores das unidades de triagem recebendo cada vez menos resíduos e nunca se produziu tanto resíduo. Como bem a Ver.^a Lourdes apontou, há um atravessamento, há irregularidades, há desvio de resíduos e é uma coleta seletiva muito mal feita. Temos que considerar isso, aceitar isso, não é a coleta que já teve no passado. E agora se encerrou uma gestão do prefeito anterior, há poucos meses, e eu ouvi o prefeito dizer que era contra as unidades de triagem serem operadas por associações e cooperativas de catadores. A intenção dele era explícita de que fosse tudo privatizado. Praticamente se viu que a gestão, pelo menos a anterior, quase que trabalhou para que as unidades fossem fechadas. Então na prática a gente viu que havia uma gestão que era praticamente contra aquilo que o plano nacional estava prevendo. Agora temos, há poucos meses, a nova gestão e ainda não vimos uma diferença

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

significativa na postura. Esperamos que tenhamos uma virada nisso. Bom, o que a gente viu nesses últimos anos foram os contêineres só de orgânicos, os resíduos sólidos misturados com os orgânicos, uma deficiência da coleta, falta de campanhas massivas de educação ambiental. Educação ambiental não é só dentro da escola, ocorre também nas empresas, em todas as instâncias da sociedade. Eu tenho saudade, talvez alguns lembrem de um personagem que foi protagonista de uma campanha nacional de limpeza urbana, o Sujismundo, que saudade do Sujismundo. Na hora do Jornal Nacional passava uma campanha no Brasil inteiro, e a gente não vê uma campanha massiva aqui em Porto Alegre e em outras áreas também. Bom, quanto à legislação em si, proposta a alteração, por exemplo, fala que o Comam é um dos instrumentos dessa política, da nova política ou da nova legislação, que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente, mas lá ainda não chegou a proposta, o secretário não nos informou que havia esse projeto de lei sendo tratado. Nós já poderíamos ter analisado, o Conselho, quem sabe até dado sugestões. Esperamos que ainda tenha tempo para isso, ter uma parte importante no que é proposto, promover a inclusão social dos agentes diretamente ligados à cadeia produtiva e materiais reutilizáveis, reciclar recuperáveis e especialmente desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores. Então, se for para a prática, depende muito de a gestão municipal colocar isso como prioridade. Bom, os próprios catadores têm sugestões, daqui a pouco talvez o Alex venha falar, e nós já recebemos algumas sugestões e achamos muito boas também. O direito à educação ambiental tem que botar na prática, a fabricação de embalagens deve ser realizada com materiais propícios à reutilização e reciclagem, conforme está no plano nacional de resíduos sólidos, como fazer isso. Concluindo, tem algumas partes que a gente não pode aceitar que é propor, por exemplo, a recuperação energética dos resíduos sólidos sem deixar claro se isso é proposta de incineração, e a incineração, o Ministério Público, catadores, movimento ambientalista são contra e está na Lei nº 12.022/2016, que proíbe incineração de material seco. Os catadores poderão implantar infraestrutura nas cooperativas? Esperamos que sim. Era isso, por enquanto, mais adiante a gente pode dar outra contribuição.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Paulo Renato. O Sr. Antônio Marcos está com a palavra.

SR. ANTÔNIO MATOS: Boa noite, Ver. Márcio; saudando o Luiz Afonso, faz algum tempo que a gente não se vê; a pandemia nos coloca essas distâncias de não poder estar acompanhando, *in loco*, a vida da Câmara de Vereadores. Um abraço, Paulo Renato, concordo contigo em tudo aqui. Ver.^a Lourdes, prazer sempre em vê-la, a senhora tem um alinhamento inequívoco, estamos juntos. A grande maioria dos vereadores não se posiciona com nitidez, como a Ver.^a Lourdes se posiciona, na questão das milícias de caminhões que andam em Porto Alegre, que tomam conta daquilo que é de competência do estado municipal. O desvio da economia, da economia forte que é a dos resíduos sólidos de Porto Alegre, que não é explorada. O próprio Ver. Moisés – cumprimento-o pela iniciativa – observou a pouca representação da utilização dos resíduos sólidos. É uma vergonha isso há muitos anos.

Nós temos o Alex, a Simone, somos da coordenação do Fórum das Unidades de Triagem e Catadores de Porto Alegre, a gente tem uma preocupação que é muito maior do que a nossa vida no cotidiano das unidades de triagem, nós queremos o bem de Porto Alegre. Todas as propostas que emergem do Fórum, sempre têm um olhar com o conjunto dos 36 vereadores, assim como do Executivo. Por exemplo, todas as preocupações que rolar aqui nós temos de levar para o PPA, que está na Câmara de Vereadores, Luiz Afonso, e nós queremos construir emendas, para o bem de Porto Alegre, nós estamos juntos nisso aí. Isso aí se reduz, nas várias falas aqui, na falta de um projeto de educação ambiental que o Fórum propõe há muitos anos. Tem um setor no PPA, 2022-2025, que é da publicidade, porque nós não fizemos investimentos fazendo um convênio com os órgãos de imprensa de Porto Alegre e Região Metropolitana de a gente jogar pesado na consciência ambiental para os moradores de Porto Alegre. O que falta para tomar essa iniciativa? Nós teremos, sem dúvida, uma quantidade de soluções de desemprego em Porto Alegre muito grande, se nós começarmos a aproveitar – nunca será cem por cento, mas que chegue próximo desses 1 milhão 481 mil pessoas. É muita gente! Onde está a nossa riqueza? Hoje nós temos 500 pessoas nos nossos galpões, nós chegamos a 700, a pandemia nos tirou, mas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

nós podemos chegar a 7 mil, 20 mil ou 30 mil, olhem que aquecimento para a econômica de Porto Alegre! Isso é assunto para o PPA, é isso o que nós estamos propondo. Só queria encerrar, Ver. Márcio, novamente a gente fala depois de apresentar as alterações do projeto do código municipal. Eu não vi isso, a gente quer falar quando a gente identifica algum problema para a gente poder contrapor, melhorar ou afirmar, se concordar. Esse debate hoje propõe alteração no artigo 3º, incs. I, IV e V. Mas o que propõe mesmo? Eu sei o que são os incs. I, IV e V, mas qual é a alteração, o conteúdo? Normalmente, isso inicia; é um problema de metodologia da nossa reunião, dessa audiência. Abre-se dizendo o que se vai discutir, não ouvi ainda ou eu perdi, não sei. É isso, é um prazer estar conversando.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Antônio. Na verdade, nós abrimos com 20 minutos, e agora essa tua pergunta fica para que o Moisés e os nossos colaboradores, que estão contribuindo com os esclarecimentos da audiência pública, possam esclarecer as dúvidas, encaminhamentos, perguntas que forem surgindo durante o debate. Essas inscrições são para esse tipo de encaminhamento, e, ao final, o vereador vai poder trazer, talvez, questões mais pontuais, esclarecimentos específicos sobre um outro artigo. A Sra. Simone Pinheiro está com a palavra.

SRA. SIMONE PINHEIRO: Eu sou assistente social de formação, trabalho em duas associações que fazem parte das unidades de triagem de Porto Alegre - Associação Anjos da Ecologia e Reciclando pela Vida -. ... (Ininteligível) ... o gerenciamento de resíduos sólidos, e eu vejo tão pouco abordada a questão dos catadores; e, nesse caso em particular em Porto Alegre, a situação em que vivem os catadores que prestam um serviço público da Prefeitura, são contratados e hoje estão com pouquíssimos resíduos. A coleta seletiva em Porto Alegre se encaminha para o fim, porque hoje cada vez diminui mais com a inserção das empresas privadas - e nada contra. Temos um problema social, um problema de desemprego no país, e as pessoas estão entrando no mercado de resíduos, estão indo para a rua puxar carrinho, enfim tem toda uma cadeia de pessoas que dependem do serviço. Hoje, quem está sendo penalizado é quem trabalha regulamentado dentro dessas associações e cooperativas que prestam um serviço para a Prefeitura de Porto Alegre. O

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

seu Antônio Matos e o Alex podem me corrigir, são muito poucos os que são chamados para serem ouvidos e trazerem, realmente, propostas que possam acolher a todos, porque a gente vê muitas ações ... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Daiana Schwengber está com a palavra.

SRA. DAIANA SCHWENGBER: Boa noite a todas e todos, obrigada pela oportunidade. Faço parte da Apoena Socioambiental, que é uma empresa que atende 10 das 18 unidades de Porto Alegre. O meu lugar de fala é como técnica, e eu quero só fazer alguns apontamentos em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela foi construída de fato pensando na gestão de resíduos, mas ela é, nacional e internacionalmente, uma das poucas políticas que incluem trabalhadores e que ouviram esses trabalhadores para construir uma política pública. Então, a gente não pode esquecer da história dessa política, ela se preocupou em fazer essa gestão num país que é de terceiro mundo, não é na Europa, é aqui no Brasil, e esse país tem trabalhadores e trabalhadoras que, historicamente, trabalham com resíduo, trabalham com lixo; foi no intuito de fechar lixões e trazer essas pessoas para um trabalho mais inclusivo, menos exploratório. A gente não pode esquecer essa trajetória, essa história da política e por que ela foi criada também na parte social; na parte ambiental e na econômica, mas também na área social. Aí, falando de Porto Alegre, na questão da história de Porto Alegre na coleta seletiva, que começa em 1990, foi a partir da ideia de fechar lixões na Zona Sul e na Zona Norte e incluir esses trabalhadores que viviam no meio do lixão, no meio de urubus, e aí, sim, trabalhando com vetores, com mosquito, aí a questão da dengue e de outros problemas maiores de saúde poderíamos falar. Hoje, a gestão de resíduos em Porto Alegre realmente peca, a gente vê isso nas unidades de triagem, como a Simone trouxe, como o seu Antônio trouxe, cada vez diminuindo mais, mas a gente precisa fazer um ponto de atenção em Porto Alegre, e aí eu ressalto, de novo, que não estamos na Europa, eu visitei outros países e eles se espelham na política nacional de resíduos sólidos principalmente porque ela não atropelou os trabalhadores, quando ela foi escrita. E a gente não pode fazer isso na cidade de Porto Alegre. A gente não pode desviar desses trabalhadores e passar por cima. Eu entendo que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

se tenha um movimento, existe muito resíduo e a gente tem que pensar sobre esse problema ambiental, mas também é social e econômico, mas a gente não pode passar por cima dessas pessoas, a gente precisa incluí-las e ouvi-las para pensar em políticas públicas que sejam aceitas e que trabalhem com todas essas frentes. Nós temos uma questão de terceiro mundo, nós temos, hoje, então, muito pior de trabalhadores que estão, aí, sim, desviando resíduo, trabalhando de maneira clandestina, como as pessoas falam, mas também é uma questão de sobrevivência, não é uma questão de clandestinidade, não. Aí eu percebo que também tem uma outra questão que Porto Alegre se esquece, que é a questão da educação ambiental, de comunicação. Essa comunicação, hoje, está para quem tem grana. Então, as grandes empresas, eu ouvi o seu Antônio e fiquei pensando: "Como é que pode estarem quebrando as unidades de triagem e as empresas de gestão de resíduos só crescem?", só se tem dinheiro. Por que a gente criminaliza tanto o catador na rua e exalta tanto, enaltece tanto as empresas privadas e *startups*? Por que existe esse movimento? Eu acho que a gente tem que trazer um pouco de melhor compreensão dessa política. Não ficou claro para mim quais serão os ajustes, e me assusta muito ver valorização energética. Muito. Então, eu só faço esses apontamentos e estou à disposição, também, para contribuir na parte técnica ou fazendo também essa visão ambiental, social e econômica. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Simone Azambuja está com a palavra.

SRA. SIMONE AZAMBUJA: Boa noite. Eu faço parte da Agapan e também do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e eu o que vou falar é levando em consideração o trabalho histórico das unidades de triagem. Se a gente for pensar, foi graças a essas unidades de triagem que Porto Alegre alcançou o patamar de primeira capital do Brasil com coleta seletiva. A gente não pode esquecer disso, desse aspecto histórico das unidades de triagem e do papel essencial que elas fazem, até hoje, para toda a população e para a sociedade como um todo. Então, esse trabalho extremamente vanguardista, inclusive em termos mundiais, porque essa foi uma solução completamente adaptada a uma situação social do Brasil, e isso foi muito valorizado inclusive em outros países, essa solução

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

econômica, cultural e social que Porto Alegre teve como iniciativa. Eu acho, gente, que, cada vez mais, nós temos que dar voz a essas pessoas. Quando se dá uma olhada na lei, como um todo, há ideias muito interessantes, mas, por exemplo, no art. 4º, na questão de acordo setorial, que seria um ato de natureza contratual, firmado entre poder público, fabricantes, importadores, distribuidores, não estão incluídas as associações e cooperativas de catadores, que fazem a gestão dessas unidades de triagem. Então, é difícil fazer acordo setorial sem estarem as unidades de triagem junto; até por que elas estão presentes na Lei Nacional dos Resíduos Sólidos. Outra questão que chamou um pouco a atenção é que ali fala em política de educação ambiental. Dentro do processo de educação ambiental, temos a educação ambiental formal e informal. Na educação ambiental informal, até o Paulo, que também é da Agapan, já colocou isso, é importantíssimo que a gente utilize os canais de mídia, as rádios, as televisões, porque isso já foi feito em Porto Alegre, eu me lembro de governos anteriores que utilizaram um minuto da novela das 20h ou do jornal da noite, em diferentes canais, para fazer educação ambiental, não só em relação a resíduos sólidos, mas também em relação a várias coisas, mas aqui o tema é relativo a resíduos sólidos. Vários países fazem isso, tem país que fazem a contrapropaganda, que faz propaganda daquilo que está sendo tóxico em termos de alimentos, e uma série de coisas. Acho que não custa Porto Alegre seguir este tipo de modelo. A gente não precisa fazer só propaganda, a gente pode fazer uma propaganda favorável à saúde pública, e acho que isso é essencial. Esses canais são concessões do poder público, então eu acho que isso poderia constar na lei: o uso dos canais de mídia que são concessões públicas com elementos de educação ambiental nas suas programações. Eu acho que muitas pessoas vão poder discutir com mais detalhamento questões mais particulares de cada artigo, mas tem um que me chama especial atenção, que é o artigo 12, inc. XIV, que prevê o “sistema de cálculo dos custos da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluindo-se os serviços prestados pelo Município de Porto Alegre em áreas privadas, bem como a forma de cobrança desses serviços com a observância do disposto na lei municipal, lei estadual”, e aí cita uma série de leis. Então, uma das coisas que eu acho que a gente deve pensar bastante é que esse sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, também, pode incidir na

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

remuneração das organizações de catadores, e deveria seguir os mesmos critérios de pagamento de serviços que se faz para as empresas, porque eles também estão fazendo um papel essencial do ponto de vista de serviço público de limpeza urbana. E a gente sabe que na situação que eles estão vivendo hoje, os caminhões estão chegando vazios para eles. Então, além da gestão ambiental em si, esta questão é essencial: essas pessoas não podem passar fome. Eu acho que ninguém merece passar fome. Nós estamos discutindo, dentro da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do Comam uma nova resolução que diz respeito ao licenciamento das unidades de triagem. Uma das coisas que nos chama muita atenção é que as unidades de triagem hoje não têm condições de implantar uma estrutura física e ter a aquisição de equipamentos que elas precisariam ter ao longo desse licenciamento para poderem se adequar. Então eu sugeriria que na lei vocês possam colocar fundos municipais na implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas. Fundos públicos ou privados. Os privados podem ser um consórcio de empresas que podem estar trazendo essa adequação das unidades de triagem à legislação que está sendo exigida para elas. Basicamente, é isso. Agradeço a possibilidade de a gente poder falar sobre esse tema tão importante.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Simone. O senhor Alex Cardoso está com a palavra.

SR. ALEX CARDOSO: Boa noite para todos e todas, é uma satisfação poder estar aqui junto, discutindo. Eu acho que uma discussão sobre a pauta de resíduos sólidos deve decidir esse caminho, que é o da discussão, e, principalmente, de construção com os atores que fazem parte deste processo. Eu acho que é extremamente importante as catadoras e os catadores, que não são passageiros como os vereadores ou alguns empresários, como o próprio prefeito que executam um período de trabalho e depois se afastam ou retornam. No nosso caso, nós somos constantes na cidade. Nós estamos aqui, desde os anos 90, prestando serviços para cidade, e o processo da reciclagem e da inclusão só ocorre por que a gente tem um baita de um investimento na cidade e não tem a devida valorização. Na discussão sobre a lei de resíduos, a primeira questão que deve acontecer é permear

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

por este processo de discussão sobre todo o investimento, sobre a gestão de resíduos, sendo uma parte deste investimento para reconhecer e valorizar os catadores, porque com este processo é que a gente faz o enfrentamento desses problema que a gente vê, na rua, dos clandestinos, como a Ver.^a Lourdes Sprenger falou, dos catadores que estão vivendo nos galpões que parecem lixões com paredes, porque estão abandonados há muito tempo. A própria ampliação das reciclagens, com coleta seletiva solidária, os catadores fazendo a coleta, bem como a ampliação dos postos de trabalho nos galpões. Seguindo numa ótica que a Daia falou, agora há pouco, nos anos 2000, nós tínhamos 700 postos de trabalho na reciclagem; hoje, nós temos 500. Lá nos anos 2000, ganhávamos dois salários para fazer a catação; hoje, 52% dos catadores dos galpões não ganham um salário mínimo. Então, tem um problema muito sério, a cidade investe cada vez mais dinheiro, e aí vêm esses contêineres, a gente olha a vergonha que são esses contêineres, no Centro da cidade, tudo misturado, parece um lixão, parece um minilixão cada contêiner daqueles. Não tem investimento na educação ambiental, não tem investimento na própria coleta seletiva. Esses dados que o vereador trouxe, eu contesto eles, inclusive, num estudo que eu fiz pela UFRGS, a cidade de Porto Alegre recicla hoje 1,92%. Eu posso encaminhar os dados para vocês depois, se vocês quiserem; é quase uma vergonha a quantidade de investimentos que tem, é milionária. São R\$ 40 milhões para aterrar, são mais R\$ 28 milhões para transportar para Minas do Leão, e aí os galpões de reciclagem ganham R\$ 5 mil para fazer a triagem. A parte mais bonita da gestão de resíduos é a reciclagem com os catadores e catadoras, e é a que não recebe dinheiro nenhum. Claro, quero aqui, com muita humildade, dizer que eu estranho que esse evento aconteça numa empresa privada e não num galpão. Se o Ver. Moisés pudesse, acho que seria melhor, até como uma orientação, assim, com bastante humildade, Ver. Moisés, porque acho que a gente tem muita coisa para construir, esse tipo de evento deveria acontecer num galpão de reciclagem e não numa empresa privada, porque temos que prevê o processo coletivo, de quem quer construir a cidade, quem quer gerar trabalho e não emprego. É um processo extremamente diferente, a gente tem isso na nossa cidade desde os anos 1990. E para finalizar, o processo abre acordo setorial e não tem que acontecer se não tiver uma associação e cooperativa. O processo de recuperação energética de resíduos tem que retirar, não tem nem que discutir, porque,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

em 2016, foi colocada uma lei que foi votada unanimemente por todos os vereadores da nossa capital. Por fim, tem que colocar pagamento para os serviços ambientais para os catadores e catadoras, um salário para cada um, para começar o trabalho, porque se acham que tem que pagar os catadores com a triagem, se vocês acham que isso vale dinheiro, dá para vocês largarem o cargo de cada um e ir separar material, ela não paga conta! Eu não estou querendo ser esdrúxulo, não estou querendo, só estou querendo dizer que é um trabalho que precisa ser pago; não dá para ser um trabalho feito de “grátis”, porque aí a galera está nas vilas, vivendo numa casa com goteira e fazendo um trabalho extremamente importante, que os outros falam, que visitam, contemplam e que é importante, mas que essa galera, às vezes, não tem um pedaço de carne para botar na mesa. Então, essas são questões extremamente importantes; Ver. Márcio Bins Ely, é extremamente importante que a gente discuta o orçamento da cidade, e inclua os catadores ali dentro. Eu sei que vocês têm uma grande competência nisso. Agradeço sempre, imensamente, o Ver. Márcio Bins Ely, o Ver. Moisés Maluco do Bem, que está propondo essa discussão, a Ver.^a Cláudia, que é uma apoiadora gigante, e outros vereadores e vereadoras, dizendo que esta Casa sempre foi parceira dos catadores e catadoras. E a gente pede, mais uma vez, que continue essa parceria e que incluam as nossas propostas, para que o projeto seja bem aceito, bem discutido e que, principalmente, seja implantado na cidade e que possa melhorar a qualidade de vida, o índice de reciclagem, gerando mais trabalho e renda para quem realmente trabalha, mas. sem concentrar riqueza na mão do patrão. Patrão, vá botar a mão no material, vá separar para ver o que é o negócio do trabalho! Seria isso, obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Alex Cardoso. A Sr. Paula Medeiros está com a palavra.

SRA. PAULA MEDEIROS: Boa noite a todos os presentes, boa noite ao Ver. Moisés. Eu gostaria, Ver. Moisés, de lembrar que logo que o senhor nos convidou, eu e o Alex, para participar, perguntando se nós teríamos alguma coisa a mais que a gente pudesse contribuir com o seu projeto de lei, de imediato, do dia para a noite, a gente entregou algumas possibilidades de ajustes dentro do projeto de lei. Confesso que não li o que foi

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

disponibilizado, o anexo, para poder perceber se esses ajustes já constam. Inclusive fomos nós, numa movimentação muito grande, que fomos em grupos de WhatsApp e conseguimos fazer com que ocorresse essa audiência pública, o Fórum de Catadores fomentou essa audiência pública, para que realmente esses ajustes acontecessem. Agradeço, já que o senhor está dizendo que compõe os ajustes que o Fórum solicitou, agradeço por compor o projeto de lei. Dentre eles, em quase todos os artigos e incisos, a gente pediu uma participação, para que contassem com a categoria dos catadores, porque realmente antes, fazendo a leitura, como o senhor nos entregou, a gente não via, dentro do projeto de lei, a presença do termo “catador”, a importância desse trabalhador dentro do Município como prestador de serviço há décadas, prestando esse serviço para a sociedade. A gente, de forma muito perspicaz – e já agradecendo a possibilidade de poder participar dessa discussão e poder inserir alguns ajustes importantes para nós –, traz alguns aqui, que já foram inclusive citados por outros companheiros, que citam, principalmente na folha nº 13, ainda a questão da incineração, que já é um critério debatido dentro da cidade, a gente não consegue entender como ainda consta dentro do projeto de lei. Na folha nº 15, onde fala sobre os mecanismos para a criação de fontes de negócios, de emprego e renda mediante valorização dos resíduos sólidos, a gente solicitou que incluísse os catadores, porque fica muito nítido, nessa folha nº 15, que negócios, para nós, é justamente empresas e empresariado, então a gente pediu que incluísse os catadores, principalmente nessa folha, nesse artigo e nesse inciso. Tem, no art. 14, o pagamento para os prestadores de serviços envolvidos no processo, onde a gente pediu que colocasse a questão do PSA, que é o pagamento pelos serviços ambientais aos catadores. Também solicitamos que fosse feita a inserção de alguns novos artigos e incisos, assim como a gente solicitou que fossem suprimidos alguns artigos e incisos que, realmente, no momento, era a forma como a gente poderia contribuir nos ajustes do projeto de lei.

Fico contemplada, na verdade, de poder hoje participar, vendo as falas anteriores tão importantes dos meus companheiros, que têm uma representatividade; graças a Deus os catadores têm uma galera importante lutando pela categoria, e eu queria muito que esse projeto de lei realmente contasse, vim aqui reforçar para o senhor a importância desses ajustes que a gente fez, com aqueles acordos há alguns meses. Agradeço a participação.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Paula. A Paula Guedes de Ayedo está com a palavra.

SRA. PAULA GUEDES DE AYEDO: Boa noite, que Deus abençoe a todos, sou do SDV Reciclando, moro na Herdeiros, na Agronomia; vim representar, na verdade, o público da minha profissão, os catadores, estamos nos informando. Eu olho para essa situação como trabalhadora, e eu vejo, nas catadoras e catadores, vejo muita capacidade em nós, porque onde a gente mora, nas comunidades, nós temos um grupo de mães chefes de família, são mães formadas, que estão estudando, estão tomando posse de coisas que elas nunca imaginaram tomar na sua vida. Eu acho que quando se entra nesse assunto de privatizar, eu vejo muito que eles veem incapacidade nos catadores, porque uma coisa é a teoria, outra coisa é a prática que nós vivemos, dia após dia. A gente que fica à frente dessas situações, uma catadora que está na rua está disposta a tomar um tiro, uma bala perdida, e isso ninguém se preocupa, porque até mesmo, se tu vais te encostar, não tem como. Acho que seria bem bacana o governo dar oportunidade, porque, como o movimento que já é existente, esse projeto que está vindo faz três, o movimento existe há mais de 20 anos. Então, quer dizer que não é algo que está nascendo agora, é algo já existente. Falta o quê? É investir em quem tem que investir, porque surgiram ideias de tudo que é canto, mas eu acho que vale muito. Eu conheço um pouco o Moisés Barboza, e, pelo pouco que eu o conheço, é um cara que está aberto para sugestões, eu acho bem legal poder dar essa possibilidade para os catadores, porque, na verdade, a gente não quer fazer duelo com ninguém. A gente só está lutando pelo direito que é nosso, por justiça e é um direito justo. Assim como eu, tem o grupo das mães, que a gente cuida aqui; imagina que, se privatizarem, automaticamente, tu vais estar tirando o pão da boca de uma criança; todos aí foram criados por mãe, por algum familiar. Eu creio que ninguém vem ali do mole, tudo tem uma estrutura de crescimento, uma batalha; antigamente, tinha aquela função que era a carroça e tal. Isso é a mesma coisa que alguém vir e tomar tua terra, e simplesmente não ter como sustentar seus filhos. Eu acho que fica bem assim no ar, uma coisa bem particular, porque, dependendo da situação no Brasil em que a gente vive, é bem importante focar na classe mais atingida que é a da extrema pobreza, e a única oportunidade que tem,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

realmente, é na função de catadores, onde não tem tanto preconceito. Então, se é uma linhagem que já é difícil de se encaixar, tendo uma oportunidade, onde são grupos formados, não são grupos que não têm informação, que não têm uma maneira... Eu voltei a estudar, estou me formando, vou fazer Direito. E eu era um zé ninguém, entendeu? E foi ali que eu tive uma oportunidade, fiz carteira de carro; a gente cuida de um grupo, cuida de crianças ali dentro. Então, eu acho que, sim, que é um caso que tem que ser muito bem pensado, ver o que vai atingir e qual vai ser o impacto dentro da cidade, porque a gente não está lidando com animais, com bichos, a gente está lidando com seres humanos que dependem da coleta seletiva e que são grupos formados. Então, é isso aí. Boa noite e que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, vou ser rápido para poder passar para o Dr. Leandro, as questões técnicas de redação. Vou responder o que eu anotei e coloco-me à disposição, integralmente, para responder, fora aqui da audiência pública ou através do gabinete. Item um da Vanessa Falcão, a quem eu conheço o trabalho e a dedicação. Realmente, Vanessa, inclusive está na exposição de motivos, eu não li, para não ser maçante, o poder público municipal desconhece o volume gerado pelas empresas localizadas na cidade, as tipologias, os responsáveis, a destinação de resíduos, rejeitos e os demais atores que, de alguma forma, contribuem na gestão dos resíduos municipais. Dentre outras informações pertinentes há o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólido que deve incorporar a política Municipal. Tens razão, Vanessa, a gente espera que tenha... Eu vou passar aqui, ligeirinho, antes de passar para o Dr. Leandro. A Ver.^a Lourdes falou sobre a inclusão social. É claro, por óbvio, que nós vamos respeitar os limites dos poderes; aquele programa importante de inclusão social, que foi dito aqui pela a Ver.^a Lourdes, a gente vai acompanhar na Secretaria de Desenvolvimento Social e cobrar - como poder público fiscalizador, o Legislativo - a questão da inclusão dos antigos, vamos dizer assim, utilizadores das carroças e tal que tiveram uma modificação total nas suas vidas. Paulo da Agapan, realmente, carecemos muito de diagnóstico, de programas, de campanhas,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

inclusive, de educação ambiental. A gente espera, realmente, ser parceiro na proposição das legislações do Orçamento Municipal, tentando destinar recursos para mais campanhas publicitárias de educação ambiental, é importantíssimo isso. O Conselho Municipal, Paulo, só para registrar, tem as suas competências. A gente fez a proposição; nós, como vereadores, a apresentamos em 2017 e estramos muito que, em seis anos, não tenha chegado ao conhecimento de ninguém do Conselho Municipal que tinha uma proposição que, inclusive, na sua redação, ressalta a importância de o Conselho Municipal participar desse planejamento, da construção do plano municipal - está na redação. Simone, sobre os catadores. Ninguém pensa em suprimir catadores, respeito muito essa luta e já vou falar mais dela, rapidamente. Daiana, nós não estamos esquecendo os catadores, vou mostrar por que estou dizendo isso; a Simone também falou exatamente a mesma coisa. Mas eu quero dizer para a Simone, para o Alex, para a Paula da Vila Pinto e para a Paula Guedes; as gurias fazem um brilhante trabalho, eu conheço, a gente tem vários amigos em comum, inclusive, lá na Herdeiros. Existe, no inc. VI, um incentivo à criação, ao fomento, à manutenção de associações, e está lá - catadores. Ressalto também, já respondendo aqui, quanto à redução percentual que o Alex diz que não concorda; Alex, eu concordo contigo. Houve uma redução, inclusive, o Dr. Leandro pegou na época no DMLU.. Esse percentual que eu falo aqui de 2,65% é, na realidade, de 2014. E pelos dados que a gente tem, houve uma redução, sim, que é esse percentual, essa quebra que tu falas. Concordo contigo. Sobre onde estará no texto, no art. 6º, no art. 4º, na questão setorial, que é a responsabilidade, a gente julgou, na técnica legislativa, que não seria naquele artigo, seria no outro. Eu quero aqui responder, por final, à Paula, da Vila Pinto, o seguinte: não tem agradecimentos a mim, porque uma série de reivindicações de vocês foi incluída através da Emenda nº 02, que está aqui, que foi protocolada pela nossa Ver.^a Cláudia Araújo. E, respeitando o mandato da Ver.^a Cláudia Araújo, nós não iríamos apresentar proposições conflitantes. Então, agora, gente, tem todo um trabalho; todos, o Alex, que tem um grande contato com a bancada do PSOL... Também haverá proposições e outras emendas, o Legislativo vai fazer o seu trabalho. Então, quero deixar muito claro aqui - já está estourando o meu tempo e o Leandro tem que fazer uma pequena consideração técnica - que é algo em construção. Eu apresentei em 2017, porque eu entendi que é de competência de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

vereador fazer a provocação de termos uma política municipal de resíduos sólidos. Quero reconhecer a luta que existe; eu quero dizer, Alex, me convida, vamos fazer uma reunião pública, num dos galpões, não tem nenhum problema, mas a questão... Vamos ver as questões técnicas, se a gente tem como fazer, a gente precisa de internet, precisa de várias coisas, e eu vou ficar muito feliz de visitar alguns espaços, mas quero deixar claro que nós estamos debatendo com todos. Haverá várias emendas, ajustes que são as visões de vários vereadores - somos 36 - para que a gente tenha o resultado de oferecer para a cidade, com respeito às legislações ambientais, o melhor formato de termos um plano municipal, uma política municipal de resíduos sólidos. Então, para finalizar, um minutinho com o Leandro para ele falar uma questão técnica. Já tem, gente, três emendas que alteram vários itens, suprimem, mudam o número de artigos, redações; inclusive, no art. 4º, na emenda da Ver.^a Cláudia, já estão os catadores, as associações, lá no artigo que prevê a questão setorial. Então, nós vamos ter todo um trabalho legislativo, cada um tem a sua competência. Então, eu queria só passar para o Leandro para ele encerrar aqui.

SR. LEANDRO BITTENCOURT ÁVILA: Bem breve. A questão de redução de massas de resíduos, se nós compararmos 2014 ao ano de 2019, houve uma redução diária de 200 toneladas/dia. Isso é um reflexo de mercado, um reflexo de perda de poder aquisitivo. Então, foge do controle também do poder público municipal esse fato. Outro ponto interessante, no qual o poder público deve focar, é a questão da fiscalização. Deve-se fiscalizar tanto os geradores como as empresas que recebem os resíduos, todas devem estar licenciadas, conforme diz a diretriz federal – é destinação ambientalmente adequada, ou seja, licenciada ambientalmente. Pensar-se em intervir nos resíduos gerados pelas empresas é um ledor engano, até porque a legislação não contempla isso; o resíduo de uma empresa geradora é propriedade dela, e ela pode usar, gozar, fruir e destinar de acordo com a legislação. Comentaram também que, neste projeto de lei, deveria ser melhor tratada a questão da logística reversa. Nós dissemos que se precisa de regulamentação, e essa regulamentação está se dando pelos projetos de lei que o Poder Executivo já encaminhou, no que diz respeito à logística reversa de embalagens, pilhas, baterias, pneus e medicações

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

em desuso já tramita *pari passu* com esse projeto. São três projetos de lei de 2021, eles estão se conversando, se completando.

Último ponto: aproveitamento energético. Esse é um tema que já foi autorizado pelo governo federal, pela Lei nº 12.305, pelo atual Código de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e pela Lei nº 14.528 do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe ao município somente suplementar lei federal, suplementar lei estadual. Era essa a minha contribuição, muito obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Márcio, só uma questão de ordem rápida. Também esses itens estão propostos, convido as pessoas a conhecerem as emendas. Sobre a questão da incineração, através dessa mesma emenda, há uma alteração de texto prevendo a priorização para reciclagem. Deixando textual nessa emenda, no texto dessa emenda, que os resíduos sólidos de reciclagem não entram. Existem legisladores que vão achar que isso é conflitante com uma lei maior. Então, ainda vai ter parecer da CCJ sobre essas emendas e as outras que virão. Também quero deixar claro que não há privatização.

Quero saudar, pois estou sendo comunicado que o deputado Carlos Gomes está assistindo à nossa audiência pública. Deputado Carlos Gomes, é um prazer enorme ter a sua presença.

Quero deixar claro para todo mundo que está em construção, mas muita gente precisa entender que os vereadores, a Ver.^a Cláudia, a Ver.^a Lourdes, todos os vereadores têm limitações constitucionais. O Presidente Márcio sempre deixa muito claras as competências dos vereadores. Nós não podemos sugerir, por exemplo, na lei, uma bolsa ou um auxílio. Até o Alex, quando estivemos dialogando, falou sobre a redução, o achatamento que teve no repasse do poder público às unidades. Eu sou solidário, é muito pouco mesmo, mas nós não podemos propor algo que gere, para outro poder, que é o Poder Executivo, pagar a conta. Eu não posso fazer uma emenda incluindo no texto um pedido para a Prefeitura pagar. Tem competências legislativas que a gente não pode, aí é vício de origem, não haverá como um vereador, nem eu nem ninguém, poder propor algo que seja para a Prefeitura pagar. A gente está propondo, na verdade, uma equalização e uma atualização

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
006ª Audiência Pública Virtual 13JUL2021
Pauta: Debater o PLL nº 184/17

do que já deveria ter sido feito nesses últimos anos, que é a regulamentação dessas normas, que vai ser um plano municipal de competências e responsabilidades, para tentar combater essa diminuição de aproveitamento dos resíduos, que não é lixo. São, do ponto de vista de todos aqui, resíduos sólidos a serem triados, selecionados, reaproveitados, enriquecidos, enfim. Nós temos que melhorar esses índices. Desculpe se eu me alonguei, Presidente Márcio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, está ótimo. Muito obrigado pela participação de todos. Em especial, registramos a presença do deputado Carlos Gomes, da Ver.^a Lourdes, da Ver.^a Cláudia, que estiveram conosco; Ver. Moisés, proponente, demais colaboradores do Ver. Moisés, o Leandro e o...

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): O Leandro, que foi o técnico responsável na época, agora trabalha com saneamento, e o Sérgio, da Trashin, que cedeu o espaço para a gente poder fazer aqui a reunião.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na retaguarda, a nossa Diretoria Legislativa, agradeço a toda a equipe no nome do nosso diretor legislativo, Luiz Afonso; TVCâmara, Rádio Câmara, a todos os nossos canais de comunicação via redes sociais pela oportunidade do convívio com os senhores e as senhoras. Agradeço, sobremaneira, em nome da Câmara, dos 36 vereadores, tenho certeza de que foi um tema de muita relevância o que foi abordado hoje, trabalho importante que diz respeito a uma questão muito relevante da cidade. Estaremos atentos aos desdobramentos do que se conversou nesta noite muito frutífera de trabalho. Eram essas as considerações, pela atenção de todos, muito obrigado, uma boa noite a todos. Está encerrada a audiência pública. Obrigado.

(Encerra-se a reunião às 20h35min.)